Deve ser declarada a nulidade do auto de infração, quando não há provas nos autos de que o contribuinte tenha praticado o ilícito tributário descrito na ocorrência do AINF. 2. Recurso conhecido e, em preliminar, pela nulidade do AINF. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 01/07/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 01/07/2020.

ACÓRDÃO N.7436 - 1ª. CPJ. RECURSO N. 17289 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 032016510003645-8). CONSELHEIRA RELATORA: MARIA DE LOURDES MAGALHAES PEREIRA. EMENTA: ICMS. DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA. OMISSÃO DE RECOLHIMENTO. 1. É legítima a exigência pelo Fisco do imposto referente ao diferencial de alíquotas, nas operações interestaduais de aquisição de mercadorias destinadas ao uso/consumo ou para integração do ativo imobilizado da empresa. 2. Deixar de recolher ICMS relativo à operação com mercadoria oriunda de outra unidade da Federação, destinada ao uso/consumo ou à integração ao ativo permanente do estabelecimento, constitui infração à legislação tributária e sujeita o contribuinte à penalidade legalmente prevista, independente do recolhimento do imposto devido. 3. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 01/07/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 01/07/2020.

ACÓRDÃO N.7435 - 1ª. CPJ. RECURSO N. 17613 - DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N.: 012016510005516-1). CONSELHEIRO RELATOR: DANIEL HISSA MAIA. EMENTA: ICMS - APROVEITAMENTO DE CRÉDITO INDEVIDO. 1. Deve ser reformada a decisão singular que declarou a improcedência da cobrança fiscal quando identificada a correção do lançamento tributário no que tange à constatação de aproveitamento indevido de crédito tributário. 2. Recurso conhecido e provido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 01/07/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 01/07/2020.

SEGUNDA CÂMARA PERMANENTE

ACÓRDÃO N. 7413 - 2ª CPJ. RECURSO N. 16768 - DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 072013510000446-0). CONSELHEIRO RELATOR: NILSON MONTEIRO DE AZEVEDO. EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO NA ENTRADA. NÃO RECOLHIMENTO. IMPROCEDÊNCIA. 1. Deve ser mantida a decisão de Primeira Instância que, após diligência, declara a improcedência do crédito tributário de valores comprovadamente indevidos. 2. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 02/07/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 02/07/2020.

ACÓRDÃO N. 7412 - 2ª CPJ. RECURSO N. 14728 - DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 032013510000427-9). CONSELHEIRO RELATOR: NILSON MONTEIRO DE AZEVEDO. EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO ESPECIAL. IMPROCEDÊNCIA. 1. Correta a decisão singular que julga improcedente o crédito tributário quando restar comprovado que o contribuinte não cometeu a infração que lhe foi imputada. 2. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 02/07/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 02/07/2020.

ACÓRDÃO N.7411- 2ª. CPJ. RECURSO N. 16616 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 072014510000029-1). CONSELHEIRO RELATOR: MARCOS NAZARENO CARDOSO DOS REIS. EMENTA: ICMS. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. ANTECIPADO NA ENTRADA. FALTA DE RECOLHIMENTO. 1. O cerceamento de defesa só se caracteriza quando restar comprovado que o contribuinte foi prejudicado em seu direito de se defender. 2. Deixar de recolher o ICMS, no prazo regulamentar, relativamente à mercadoria sujeita à antecipação na entrada em território paraense, constitui infração à legislação tributária e sujeita o contribuinte às penalidades legais, independente do imposto devido. 3. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 02/07/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 02/07/2020.

ACÓRDÃO N. 7410 - 2ª CPJ. RECURSO N. 17560 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 172019510000042-8). CONSELHEIRO RELATOR: MARCOS AUGUSTO CATHARIN. EMENTA: ICMS. ANTECIPADO NA ENTRADA. NÃO RECOLHIMENTO. 1. O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada, nos termos do art. 144 do Código Tributário Nacional. 2. A sistemática da substituição tributária quanto a produtos farmacêuticos encontra fundamentação no Convênio n. 234/17 bem como nos artigos 709 e seguintes do RICMS-PA. 3. Deixar de recolher o ICMS, no prazo regulamentar, relativamente à mercadoria sujeita à antecipação na entrada em território paraense, constitui infração à legislação tributária e sujeita o contribuinte às penalidades legais, independente do imposto devido. 4. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: VOTO DE QUALIDADE. VOTOS CONTRÁRIOS: Conselheiros Vitor de Lima Fonseca e Nilson Monteiro de Azevedo, pelo provimento do Recurso. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 02/07/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 02/07/2020.

ACÓRDÃO N. 7409 - 2ª CPJ. RECURSO N. 17558 - DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 172019510000042-8). CONSELHEIRO RELATOR: MARCOS AUGUSTO CATHARIN. EMENTA: ICMS. AUSÊNCIA DE REQUISITO DE CONTRARIEDADE À FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL. DEFINITIVIDADE DO JULGAMENTO SINGULAR. 1. A decisão singular que aplica o instituída retroatividade benéfica, em razão da alteração legal que prevê penalidade menos severa para a conduta infracional anteriormente praticada pelo sujeito passivo, não preenche o requisito de contrariedade à Fazenda Pública Estadual necessário para a interposição de recurso de ofício. 2. É definitiva a decisão

singular que não estiver sujeita a recurso de ofício. 3. Não deve ser conhecido recurso contra decisão definitiva prolatada pela Julgadoria de Primeira Instância. 4. Recurso não conhecido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 02/07/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 02/07/2020.

ACÓRDÃO N. 7408 - 2ª CPJ. RECURSO N. 17532 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 172019510000043-6). CONSELHEIRO RELATOR: MARCOS AUGUSTO CATHARIN. EMENTA: ICMS. ANTECIPADO NA ENTRADA. NÃO RECOLHIMENTO. 1. O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada, nos termos do art. 144 do Código Tributário Nacional. 2. A sistemática da substituição tributária quanto a produtos farmacêuticos encontra fundamentação no Convênio n. 234/17 bem como nos artigos 709 e seguintes do RICMS-PA. 3. Deixar de recolher o ICMS, no prazo regulamentar, relativamente à mercadoria sujeita à antecipação na entrada em território paraense, constitui infração à legislação tributária e sujeita o contribuinte às penalidades legais, independente do imposto devido. 4. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: VOTO DE QUALIDADE. VOTOS CONTRÁRIOS: Conselheiros Vitor de Lima Fonseca e Nilson Monteiro de Azevedo, pelo provimento do Recurso. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 02/07/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 02/07/2020.

ACÓRDÃO N. 7407 - 2ª CPJ. RECURSO N. 17530 - DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 172019510000043-6). CONSELHEIRO RELATOR: MARCOS AUGUSTO CATHARIN. EMENTA: ICMS. AUSÊNCIA DE REQUISITO DE CONTRARIEDADE À FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL. DEFINITIVIDADE DO JULGAMENTO SINGULAR. 1. A decisão singular que aplica o instituída retroatividade benéfica, em razão da alteração legal que prevê penalidade menos severa para a conduta infracional anteriormente praticada pelo sujeito passivo, não preenche o requisito de contrariedade à Fazenda Pública Estadual necessário para a interposição de recurso de ofício. 2. É definitiva a decisão singular que não estiver sujeita a recurso de ofício. 3. Não deve ser conhecido recurso contra decisão definitiva prolatada pela Julgadoria de Primeira Instância. 4. Recurso não conhecido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 02/07/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 02/07/2020.

ACÓRDÃO N.7406- 2ª. CPJ. RECURSO N. 16076 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 192017510021601-6). CONSELHEIRO RELATOR: MARCOS AUGUSTO CATHARIN. EMENTA: IPVA. NULIDADE. ILEGITIMIDADE PASSIVA. 1. Deve ser declarada a nulidade do auto de infração, quando comprovada nos autos que o sujeito passivo do tributo, proprietário do veículo automotor, é diferente do que consta no auto de infração. 2. Recurso conhecido para, em preliminar, declarar a nulidade do AINF, sem prejuízo de sua renovação, para que seja cobrado do real devedor do tributo. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 25/06/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 25/06/2020.

ACÓRDÃO N. 7405 - 2ª CPJ. RECURSO N. 16898 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 282019730000040-8/192017510005508-0). CONSELHEIRO RELATOR: MARCOS AUGUSTO CATHARIN. EMENTA: IPVA. FALTA DE RECOLHIMENTO. 1. O Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA tem como fato gerador a propriedade de veículo automotor de qualquer espécie. 2. O contribuinte do IPVA é o proprietário do veículo, considerando-se nessa situação a pessoa natural ou jurídica em cujo nome se encontrar registrado o respectivo bem no órgão público responsável pelo controle e registro de veículos. 3. Deixar de recolher o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA constitui infração à legislação tributária e sujeita o contribuinte às penalidades de lei, independente do imposto devido. 4. Recurso não conhecido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 25/06/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 25/06/2020.

ACÓRDÃO N. 7404 - 2ª CPJ. RECURSO N. 17674 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 002019730023118-9/012012510003536-6). CONSELHEIRO RELATOR: MARCOS AUGUSTO CATHARIN. EMENTA: IPVA. OCORRÊNCIA DA INFRAÇÃO. 1. Compete à Secretaria de Estado da Fazenda declarar de ofício ou a requerimento do interessado a prescrição administrativa do crédito tributário, até o envio da Certidão de Dívida Ativa à Procuradoria-Geral do Estado, sem prejuízo da apuração da responsabilidade. 2. Foge à competência do TARF o conhecimento de matéria relacionada a crédito tributário exigível (prescrição). 3. Deixar de recolher o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, no prazo fixado pela legislação, constitui infração tributária e sujeita o contribuinte à imposição de multa e juros, sem prejuízo do recolhimento do imposto devido. 4. Recurso não conhecido. DECISÃO: MAIORIA DE VOTOS. VOTO CONTRÁRIO: Conselheiro Vitor de Lima Fonseca, pela revisão de ofício. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 25/06/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 25/06/2020.

ACÓRDÃO N.7403- 2ª. CPJ. RECURSO N. 17310 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 042014510003708-9). CONSELHEIRO RELATOR: MARCOS AUGUSTO CATHARIN. EMENTA: IPVA. FALTA DE RECOLHIMENTO. 1. O Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA tem como fato gerador a propriedade de veículo automotor de qualquer espécie. 2. O contribuinte do IPVA é o proprietário do veículo, considerando-se nessa situação a pessoa natural ou jurídica em cujo nome se encontrar registrado o respectivo bem no órgão público responsável pelo controle e registro de veículos. 3. Deixar de recolher o imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA constitui infração à legislação tributária e sujeita o